

divida Publica Títulos de Alagoas vão *micar*

Hoje o estado teria que honrar uma dívida de R\$ 104 milhões. Não tem dinheiro e o governo federal diz que não empresta

O governo federal está decidido a não fazer absolutamente nada em relação aos R\$ 104 milhões em títulos que vencem hoje, emitidos pelo estado de Alagoas depois de 1995 para o suposto pagamento de dívidas judiciais (os chamados precatórios). O sinal é para que o mercado tenha mais cuidado com esses papéis no futuro. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que coordenou a rolagem das dívidas dos estados, disse ontem que as instituições tomadoras dos papéis terão que arcar com os pre-

juízos. "Quem comprou esses títulos, exigiu prêmio elevado para o risco."

Segundo ele, o governo considera graves os efeitos da emissão irregular dos títulos. Parente enfatizou que o fato de os títulos *micarem* (perderem a liquidez) hoje nas mãos dos bancos, fundos de pensão e distribuidoras de valores, não é algo corriqueiro. "Mas não há nenhum risco de contaminação no mercado", completou. Já o relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), foi mais duro. Em sua opinião, quem comprou os títulos alagoanos ou agiu

de má-fé, para lucrar na "cadeia da felicidade", ou fez a transação por imperícia e irresponsabilidade. "Está na hora de dar um choque de capitalismo no mercado. Quem comprou mal deve pagar o mico", concordou Requião.

Sem dinheiro em caixa, o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, vive um dilema. Avisou que não tem como pagar os títulos emitidos e não obteve sucesso ao pedir ao Banco Central, no início do mês passado, para rolar a dívida. Uma fonte da área econômica sugeriu que os tomadores dos papéis alagoanos resolvam seus problemas de liquidez recorrendo ao redesconto ou a outras instituições financeiras.

A Resolução 69, do Senado Federal, proíbe a rolagem de títulos emitidos pelos estados para o pagamento de precatórios depois de 1995. Será a primeira vez em que deixará de ser hon-

rado o vencimento de títulos públicos estaduais. Alagoas saiu na frente, por tratar-se do primeiro lote emitido em 1995. Mas estão por vencer os papéis emitidos irregularmente pelos governos de Santa Catarina, Pernambuco e algumas prefeituras do estado de São Paulo, entre as quais a de Osasco.

Só os títulos alagoanos deverão *micar* nas mãos de instituições como o Bradesco e o já liquidado banco Interunion. "O mercado de títulos públicos está passando por um processo de modernização", interpretou o senador Roberto Requião.

Divaldo Suruagy deverá depôr na CPI nesta quarta-feira. Na terça-feira da outra semana, é esperado o depoimento do atual prefeito de São Paulo, Celso Pitta, secretário da Fazenda do então prefeito Paulo Maluf quando os títulos paulistanos foram emitidos.